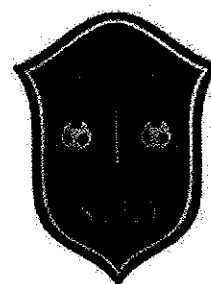


De: Presidencia
Enviado em: sexta-feira, 3 de julho de 2015 15:59
Para: FERJ - SECRETARIA (secretaria@fferj.com.br)
Assunto: ENC: VISTA - PROCESSO Nº 121/2015 - STJD
Anexos: 20150703143654292.pdf; image001.png

De: Rj Presidencia [mailto:rj.presidencia@cbf.com.br]
Enviada em: sexta-feira, 3 de julho de 2015 15:56
Para: Presidencia
Assunto: ENC: VISTA - PROCESSO Nº 121/2015 - STJD

De: Adriana Costa Solis
Enviado: sexta-feira, 3 de julho de 2015 15:52
Para: B&B - Marcelo Mendes (marcelo@bittencourtbarbosa.com.br); Fluminense; Fluminense.00009RJ; Rj Presidencia; mario@bittencourtbarbosa.com.br
Assunto: VISTA - PROCESSO Nº 121/2015 - STJD

Favor enviar ao seu filiado



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DESPORTIVA DO FUTEBOL

OFÍCIO/SEC nº

509/2015 - STJD

Do: Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol

Para: Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro.


Para: Fluminense F.C.

Rio de Janeiro, 03 de julho de 2015.

De ordem do Dr. Auditor Presidente deste Superior Tribunal de Justiça Desportiva, Caio Cesar Rocha, referente ao Processo nº 121/2015 - STJD (054/15- 2ª

C.D.) Recurso Voluntário tendo como Recorrente a Procuradoria da Segunda Comissão Disciplinar – Recorrido: Magno Alves de Araújo – atleta e Fernando Augusto de Simone – Diretor Executivo de Futebol, ambos do Fluminense F.C., informo que através de despacho, abre vista aos recorridos, para querendo, contra-arrazoar, no prazo de 3 (três), quanto ao recurso interposto pela Procuradoria da Segunda Comissão Disciplinar, conforme disposto no art. 138-C do CBJD.

Informo, outrossim, que segue cópia do recurso em seu inteiro teor.


Adriana Solis
Secretária do STJD

Adriana Solis



STJD | Superior Tribunal de Justiça Desportiva
adriana.solis@cbf.com.br
+55-21-2532-8709
www.cbf.com.br

Esta mensagem, incluindo seus anexos, tem caráter confidencial e seu conteúdo é restrito ao destinatário da mensagem. Caso você a tenha recebido por engano, queira, por favor, retorná-la ao destinatário e apagá-la de seus arquivos. Qualquer uso não autorizado, replicação ou disseminação desta mensagem ou parte dela é expressamente proibido. A CBF não se responsabilizará pelo conteúdo ou pela veracidade desta informação.

-----Mensagem original-----

De: usr.imp@cbf.com.br [mailto:usr.imp@cbf.com.br]

Enviada em: sexta-feira, 3 de julho de 2015 15:37

Para: Adriana Costa Solis

Assunto: Message from "RNP002673514F4E"

This E-mail was sent from "RNP002673514F4E" (Aficio SP 5210SF).

Scan Date: 07.03.2015 14:36:54 (-0400)

Queries to: usr.imp@cbf.com.br

Expediente
31/7/2015
of 509/2015



EXMO. SR. DR. AUDITOR PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL

Processo n. 055/2015

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL	
PROTOCOLADO	
Resolvido	Recebido
03 / 07 / 2015	
Secretário	

A Procuradoria da Justiça Desportiva, com base em suas atribuições legais, vem a presença de V. Sa. Interpor RECURSO VOLUNTÁRIO contra a r. Decisão E. 2ª CD, no processo em epígrafe, julgado na sessão do dia 30/06/2015, requerendo seu recebimento, processamento e provimento nos seguintes termos e contra os seguintes Recorridos:

Recorridos:

1º Magno Alves de Araujo – Atleta – Fluminense/RJ

2º Fernando Augusto de Simone – Diretor Executivo de Futebol – Fluminense/RJ



Primeiro Recorrido (Magno Alves de Araujo)

O Atleta ora Primeiro Recorrido foi denunciado no tipo do art. 254, § 1º, I e II do CBJD, face a seguinte atitude assim narrada pelo Árbitro, que o expulsou em razão da aplicação de cartão vermelho direto: (SIC)

Expulsei aos 14 minutos do segundo tempo, o jogador numero 20 sr. magno alvez de araujo da equipe do fluminense f.c. por chutar, o seu adversário numero 18 sr. gabriel giroto franco atingindo no tornozelo, após a disputa de bola. o jogador atingido não precisou de atendimento medico.

Em sessão de julgamento a parte ora recorrida produziu prova de vídeo em que se pode perceber a gravidade do lance, onde o atleta recorrido “calça” o pé de apoio do adversário de forma violenta e temerária.

Em sustentação por seu Advogado, o recorrido explorou a tese de que jamais havia sido punido pela Justiça Desportiva, ou mesmo expulso de campo, e que a infração teria se dado em razão de sua pouca experiência como marcador, o que sensibilizou os n. Auditores que entenderam, por unanimidade, por aplicar a pena em concreto de Advertência.

O tipo em que o Atleta ora Recorrido foi denunciado é claro no sentido de que pouco importa a intenção de lesionar o adversário, ou seja, a ação tipificada no art. 254, CBJD, independe de dolo, sendo a ação culposa punida da mesma forma.



A aplicação de pena de mera advertência não condiz com a violência do lance conforme se depreende da prova carreada aos autos, devendo a decisão ser reformada para majorar a pena do Atleta ora Recorrido.

Segundo Recorrido (Fernando Augusto de Simone)

O Dirigente ora Terceiro Recorrido foi denunciado no tipo do art. 243-F, do CBJD, face a seguinte atitude assim narrada pelo Árbitro: (SIC)

Após o termino da partida, quando me direcionava ao vestiário passando pela zona mista, o sr fernando augusto de simone rg-85.450.880 irj função diretor executivo de futebol da equipe do fluminense f.c. que foi identificado pela policia militar proferiu a mim as seguintes palavras: "ta satisfeito por tu ter arrumado o resultado", após pedir para a policia militar identifica-lo o mesmo continuou: "quer saber meu nome, pergunta a tua mãe".

Assim dispõe o dispositivo em que foi denunciado o ora recorrido:

Art. 243-F Ofender alguém em sua honra, por fato relacionado diretamente ao desporto. (Incluído pela Resolução CNE nº 29 de 2009).

PENA: multa, de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), e suspensão de uma a seis partidas, provas ou equivalentes, se praticada por atleta, mesmo se suplente, treinador, médico ou membro da comissão técnica, e suspensão pelo prazo de quinze a noventa dias, se praticada por qualquer outra pessoa natural submetida a este Código. (Incluído pela Resolução CNE nº 29 de 2009).



§ 1º Se a ação for praticada por atleta, mesmo se suplente, treinador, médico ou membro da comissão técnica, contra árbitros, assistentes ou demais membros de equipe de arbitragem, a pena mínima será de suspensão por quatro partidas. (Incluído pela Resolução CNE nº 29 de 2009).

§ 2º Para todos os efeitos, o árbitro e seus auxiliares são considerados em função desde a escalação até o término do prazo fixado para a entrega dos documentos da competição na entidade. (Incluído pela Resolução CNE nº 29 de 2009).

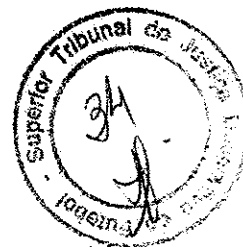
Em depoimento pessoal durante a sessão de julgamento a parte ora recorrida negou os fatos, tendo a d. CD desclassificado para o tipo do art. 258, aplicando a pena de Advertência.

Assim dispõe o dispositivo para o qual foi desclassificada a denuncia:

Art. 258. Assumir qualquer conduta contrária à disciplina ou à ética desportiva não tipificada pelas demais regras deste Código. (Redação dada pela Resolução CNE nº 29 de 2009).

PENA: suspensão de uma a seis partidas, provas ou equivalentes, se praticada por atleta, mesmo se suplente, treinador, médico ou membro da comissão técnica, e suspensão pelo prazo de quinze a cento e oitenta dias, se praticada por qualquer outra pessoa natural submetida a este Código. (NR).

§ 1º É facultado ao órgão julgante substituir a pena de suspensão pela de advertência se a infração for de pequena gravidade. (AC).



§ 2º Constituem exemplos de atitudes contrárias à disciplina ou à ética desportiva, para os fins deste artigo, sem prejuízo de outros:

I— desistir de disputar partida, depois de iniciada, por abandono, simulação de contusão, ou tentar impedir, por qualquer meio, o seu prosseguimento; (AC).

II— desrespeitar os membros da equipe de arbitragem, ou reclamar desrespeitosamente contra suas decisões. (AC).

Ocorre que o tipo do art. 243-F do CBJD está perfeitamente adequado à conduta do Dirigente ora Recorrido, devendo-se ainda aplicar a pena superior ao mínimo em razão das circunstâncias em que se deram os fatos pois o árbitro dirigia-se ao seu vestiário passando pela zona mista, momento de grande vulnerabilidade.

Pedido

Assim, por todo exposto e pelo que mais consta nos autos, requer seja conhecido e dado TOTAL PROVIMENTO ao presente recurso para reformar a r. Decisão 2ª CD, julgando TOTALMENTE PROCEDENTE a denuncia de fls. para condenar os denunciados, ora recorridos, por infração ao artigo 254, § 1º, (Primeiro Recorrido), devendo ser suspenso em jogos, e art. 243-F (Segundo Recorrido), todos do CBJD.

Rio de Janeiro, 1º de julho de 2015.



Luciano Hostins
Procurador de Justiça Desportiva

Rua da Ajuda, 35 / 15º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-000 6
Tel.: (21) 2532.8709 / Fax: (21) 2533-4798 - e-mail stjd@uol.com.br

Of SEC 509/2015

STJD

3/7/2015